

O Dinheiro do Espírito e o Deus das Mercadorias

A abstracção real segundo Sohn-Rethel

Nuno Miguel Cardoso Machado¹

“It is as if alongside and external to lions, tigers, rabbits, and all other actual animals (...) there existed also in addition *the animal*, the individual incarnation of the entire animal kingdom.”

Karl Marx

1 – Introdução

Alfred Sohn-Rethel (1899-1990) é porventura um dos nomes mais negligenciados no contexto do chamado “marxismo ocidental”. Autor fortemente influenciado pela Teoria Crítica da Escola de Frankfurt – entrou em contacto directo com Benjamin, Adorno, Horkheimer e Bloch, nos anos 20 e 30 –, permaneceu sempre à margem do mundo académico e teve de lutar ao longo de toda sua vida contra enormes dificuldades económicas.

Nunca desistiu, contudo, de defender a sua tese principal: “O trabalho intelectual da minha vida (...) serviu para esclarecer (...) uma visão meio intuitiva que me coube elaborar em 1921 [ainda enquanto estudante universitário] (...): o descobrimento do sujeito transcendental [Kantiano] na forma mercadoria”.² Esta proposição acerca da “identidade secreta” que se estabelece entre a abstracção real presente na troca de

¹ Nuno Miguel Cardoso Machado. Licenciado em Economia (Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa) e Mestre em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG-UTL). Bolseiro de Investigação no SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Endereço de e-mail: nuno.cocas.machado@gmail.com

² SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho Espiritual e Corporal – Para a Epistemologia da História Ocidental*. João Pessoa: UFPB, Mestrado em Economia, 1995c [1989], p. 1. Disponível em: <<http://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/sohn-rethel-1.pdf>>. Acesso em: 07/jan/2012.

mercadorias e a abstracção conceptual da forma do pensamento³ valer-lhe-ia desde cedo uma enorme desconfiança, e inclusive o epíteto de “doido” (!) por parte de Alfred Weber, o seu orientador de tese no doutoramento.⁴

É forçado a emigrar para Inglaterra, em 1937, na sequência do avanço Nazi, e aí trava conhecimento com George Thomson, a única pessoa que também havia identificado a ligação entre a filosofia e o dinheiro, nos seus estudos sobre a Grécia antiga.⁵ Todavia, apenas após o seu regresso à Alemanha atingirá finalmente a notoriedade, com a publicação da sua *magnum opus: Trabalho espiritual e corporal*,⁶ em 1970. Ainda foi a tempo de conseguir uma breve carreira na Universidade de Bremen, entre 1972 e 1976.

Como nota Jappe, “Sohn-Rethel é um dos raros marxistas” que nos pode ajudar “a compreender o século XXI”, uma vez que recupera o “núcleo mais valioso e profundo” da teoria de Marx: “a análise da lógica do valor e da mercadoria”⁷. Com efeito, foi capaz de discernir que a característica distintiva do capitalismo é a “abstracção” que impõe à vida social. Mediante o conceito de «abstracção real», “Sohn-Rethel deu uma contribuição bastante importante para a elaboração da crítica do fetichismo da mercadoria”,⁸ assumindo-se como um dos precursores da denominada “Nova Crítica do Valor”.⁹

A tese principal de Sohn-Rethel é que existe não apenas uma analogia mas uma “verdadeira identidade” entre os elementos formais da síntese social – “a rede de relações mediante a qual a sociedade forma um todo coerente”¹⁰ – e os elementos formais do pensamento. “A base conceptual do conhecimento (*cognition*) é lógica e historicamente condicionada pela formação básica da síntese social da sua época”.¹¹ Assim, “as categorias são históricas na sua origem e sociais por natureza”.¹² Por outras

³ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour – A Critique of Epistemology*. London: The Macmillan Press Ltd, 1978 [1970], p. xiii.

⁴ Idem, *Ibidem*, p. xiii.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. xiv.

⁶ Cf. SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*

⁷ JAPPE, Anselm. “Pourquoi lire Sohn-Rethel aujourd’hui?” In : SOHN-RETHEL, Alfred, *La pensée-marchandise*. Broissieux: Éditions du Croquant, 2010, pp. 7-8.

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 8.

⁹ Cf. JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria – Para uma nova crítica do valor*. Lisboa : Antígona, 2006, pp. 209-210.

¹⁰ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, p. 4.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 7.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 7.

palavras, “as formas de pensamento socialmente necessárias de uma época são aquelas em conformidade com as funções socialmente sintéticas dessa época”.¹³

Ora, no âmbito da produção mercantil, é a troca (de mercadorias) que possui uma função socialmente sintética em virtude da abstracção que origina, centrada nas funções do dinheiro enquanto “equivalente universal”. Os elementos formais que constituem a abstracção da troca assemelham-se inequivocamente aos elementos conceptuais da faculdade cognitiva emergente com o crescimento da produção mercantil. De acordo com o autor, enquanto elementos conceptuais, estas formas constituem princípios de pensamento básicos tanto da filosofia Grega, como da ciência natural moderna, e estão na base da separação entre trabalho intelectual e manual.¹⁴

Em suma, nas sociedades mercantis, a síntese social é realizada pelas próprias categorias de tal modo que a faculdade cognitiva que engendram é uma capacidade social *a priori* da mente. Assim, Kant estava certo ao afirmar que

os elementos constituintes da nossa forma de pensamento (*cognition*) são realizados e derivam de uma origem *a priori*, mas estava errado ao atribuir esta pré-formação [do pensamento] à própria mente envolvida num acto fantasmagórico de «síntese transcendental *a priori*», não localizável no tempo nem no espaço.¹⁵

Não obstante, há que realçar que a teoria de Sohn-Rethel se revela problemática em vários aspectos porque desloca a origem da abstracção real para a esfera da circulação,¹⁶ dado que, na sua perspectiva, “a produção (...) é um metabolismo não social e supra-histórico com a natureza”.¹⁷ Pelo contrário, apenas nas sociedades capitalistas é que o “trabalho” constitui o vínculo social; nas sociedades do passado, a actividade produtiva era “objecto de decisões conscientes tomadas nas outras esferas da vida”,¹⁸ não constituindo uma esfera separada e autonomizada. Para além disto, se em Marx é o “trabalho abstracto” que confere aos produtos a sua “objectividade de valor”, i.e., constitui a “substância do valor”, para Sohn-Rethel é a troca que é responsável pelo valor das mercadorias.¹⁹

¹³ Idem, Ibidem, p. 5.

¹⁴ Idem, Ibidem, pp. 6-7.

¹⁵ Idem, Ibidem, p. 7.

¹⁶ JAPPE, Anselm. “Pourquoi lire Sohn-Rethel aujourd’hui?”, *op. cit.*, p. 25.

¹⁷ Idem, Ibidem, p. 26.

¹⁸ Idem, Ibidem, p. 29.

¹⁹ Idem, Ibidem, p. 29.

Daqui decorre a principal diferença, como veremos, entre a teoria Sohn-Retheliana da “abstracção real ” e aquela da Nova Crítica do Valor. Em suma, Sohn-Rethel não consegue ver que

a abstracção no acto da troca mais não faz do que dar cumprimento à abstracção criada na produção, na qual o trabalho é concreto enquanto processo material, mas não para os produtores *enquanto seres sociais*. Foi o modo de *produção* capitalista que fez da circulação uma forma total, e não o inverso.²⁰

Neste artigo, começamos por analisar, no ponto 2, a relação entre abstracção real e abstracção conceptual na óptica de Sohn-Rethel, explicitando os elementos formais da troca e a sua relação com as bases do pensamento abstracto. No ponto 3, abordamos a relação histórica entre as formas de síntese social e as diferentes formas de pensamento que originam. No ponto 4, damos uma atenção especial ao capitalismo e à sua ligação com a ciência moderna. Finalmente, no ponto 5, procedemos a uma análise crítica da obra Sohn-Retheliana à luz da Nova Crítica do valor.

2 – Abstracção Real e Abstracção Conceptual

2.1 – A crítica da epistemologia como complemento da crítica da economia política

A obra Sohn-Retheliana procura responder a uma das grandes questões epistemológicas, nomeadamente: “qual é a origem das formas de consciência, dessas «grelhas» [*grilles*] que permitem a cada indivíduo organizar os dados múltiplos que lhe fornece a percepção sensível [...]?”²¹ Até hoje, foram dadas duas respostas fundamentais a esta interrogação:

ou bem que essas categorias são elas mesmas de origem empírica, o resultado da constância da experiência, mas sem validade absoluta, e sem a possibilidade de deduzir delas julgamentos *a priori* (...). É a resposta empirista, de David Hume até Paul Feyerabend. Ou então pressupõe-se uma estrutura ontológica, praticamente inata ao homem, que em todos os tempos e em todos os lugares organiza da mesma maneira *a priori* um material que é incognoscível (*inconnosable*) enquanto tal. É, naturalmente, a solução proposta por Kant.²²

De um modo original, Sohn-Rethel avança com uma terceira hipótese: “a origem das formas de consciência (e do conhecimento) não é nem empírica nem ontológica, mas

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 27, itálico nosso.

²¹ JAPPE, Anselm. “Pourquoi lire Sohn-Rethel aujourd’hui?”, *op. cit.*, p. 8.

²² Idem, *Ibidem*, p. 9.

histórica.”²³ As formas do pensamento derivam da acção humana; todavia, não da acção enquanto tal, “como categoria ela mesma filosófica e abstracta, mas da *acção histórica e concreta do homem*”²⁴ enquanto ser social. Isto coaduna-se com a tese Marxiana de que é a realidade social que determina a consciência humana, e não o inverso. Por outras palavras, as formas de consciência são a “expressão das relações sociais dos homens numa dada época”, sendo nesse contexto específico que adquirem uma “validade objectiva”.²⁵

As categorias Marxianas expressam simultaneamente relações sociais particulares e formas de pensamento.²⁶ Assim, segundo Sohn-Rethel, a análise da forma mercadoria, que constitui a pedra angular da crítica da economia política empreendida por Marx, pode servir igualmente de ponto de partida para uma crítica da epistemologia “burguesa”, em particular, a de Kant.

O problema do conhecimento deve ser relacionado com a teoria de Kant, mas, obviamente, não como uma questão “a-histórica «do conhecimento como tal»” e sim como um “fenómeno histórico específico [marcado] pela separação entre trabalho espiritual e manual, que cresce (...) de maneira completamente desenvolvida pela primeira vez entre os antigos clássicos e depois, por sua vez, sobretudo na época moderna europeia”.²⁷

Se nas teorias epistemológicas existentes o trabalho “espiritual” científico e filosófico, i.e., a forma conceptual do pensamento, é caracterizado pela “a-temporalidade” histórica do seu conteúdo e “aceita-se essa *a-historicidade* como um fundamento dado”, Sohn-Rethel, por seu turno, propõe o estudo das “formas de aparecimento do trabalho espiritual e de sua separação do trabalho manual, como problema parcial *histórico-materialista*”, ou seja, a introdução do “problema do conhecimento na formulação Kantiana (...) no terreno do materialismo histórico induzido por Hegel”.²⁸

O autor sustenta, portanto, a tese de uma “origem social da razão pura”, deduzindo

²³ Idem, Ibidem, p. 9, itálico nosso.

²⁴ Idem, Ibidem, p. 9, itálico nosso.

²⁵ Idem, Ibidem, p. 9.

²⁶ Cf. POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination – A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

²⁷ SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho Espiritual e Corporal*, op. cit., p. 6.

²⁸ Idem, Ibidem, p. 7, itálico nosso.

os conceitos puros da razão da “fiscalidade abstracta da acção de troca”. A abstracção é uma realidade espaço-temporal, mas ocorre “por trás das costas” dos participantes.²⁹ Neste sentido, a “unidade transcendental da auto-consciência” Kantiana é a reflexão intelectual de um dos elementos da abstracção da troca: a forma da permutabilidade das mercadorias subjacente à unidade do dinheiro e da síntese social.

O dinheiro, ao providenciar o veículo (material) no qual se traduz a abstracção real, ajuda a perceber a “uniformidade lógica da abstracção intelectual” presente em todos os indivíduos numa sociedade mercantil: as categorias nucleares do seu pensamento conceptual reproduzem os elementos formais da abstracção real.³⁰

O “sujeito transcendental” pode portanto ser definido “como um conceito fetiche da função capital do dinheiro”.³¹ Esta falsa consciência culmina no *ego cogito* de Descartes: “a formação do pensamento, que em todos os aspectos merece a qualificação de «social», apresenta-se diametralmente oposta à sociedade como o Ego”.³²

A estrutura social da troca de mercadorias assenta sobre uma abstracção não empírica do acto de troca e revela uma “igualdade formal com a abstracção dos conceitos metodológicos básicos da ciência exacta da natureza”. Pode-se afirmar que “a abstracção da troca não é pensamento, mas ela possui a forma do pensamento em categorias puras da razão”.³³

Podemos concluir que, ao contrário de Kant, Sohn-Rethel reconduz a abstracção mental às condições estruturais que estão na base da socialização e não às “fantasmagorias idealistas do Sujeito transcendental ou do Espírito”:³⁴

O nascimento da razão pura ocorre (...) não no nem através do homem, nem passo a passo, com a formação dos conceitos empíricos de nossa linguagem ordinária, mas sim em uma abstratividade formada acabada e idêntica para todos os indivíduos (...). Através disso, a razão pura é uma

²⁹ Idem, Ibidem, p. 14.

³⁰ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, op. cit., p. 76.

³¹ Idem, Ibidem, p. 77. Jappe expressa uma ideia semelhante: “O tema do fetichismo existe de forma latente no pensamento de Kant (...). O valor é uma forma *a priori*, em sentido kantiano, porque toda a objectividade se manifesta através dele: é uma reticula de que o indivíduo não tem consciência, mas que é preliminar a toda a percepção e lhe constitui os objectos. O *apriori* kantiano é uma ontologização e individualização não histórica do valor que, na sociedade moderna, é o verdadeiro *apriori*, mas um *apriori* social, não natural” (JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria*, op. cit., p. 171). Assim, a “análise das categorias da socialização enquanto formas preliminares a todas as outras questões conduz a uma teoria da mediação social que poderia contribuir para ultrapassar as teorias objectivistas e subjectivistas tradicionais” (Idem, Ibidem, p. 171).

³² SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, op. cit., p. 77.

³³ SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho Espiritual e Corporal*, op. cit., p. 37.

³⁴ Idem, Ibidem, p. 38.

potência desprendida da psicologia humana e produzida separadamente da subjectividade dos homens. (...) A razão é um poder completamente coisificado do homem, ao qual a fisicalidade do acto da troca se transmite na forma da conversão da abstracção real em abstracção do pensamento. (...) Longe, portanto, de ser o ponto brilhante da autonomia espiritual dos homens, que o idealismo nele avista, a capacidade de compreender dos homens civilizados pressupõe (...) a extensão da profundidade e da opacidade da reificação.³⁵

Seguindo o raciocínio de Sohn-Rethel,³⁶ abordaremos nos pontos seguintes as três ideias principais que norteiam a sua obra: a troca de mercadorias é a fonte original da abstracção; esta abstracção (real) contém os elementos formais essenciais para a faculdade cognitiva do pensamento conceptual; a abstracção real engendra a “abstracção ideal” comum à filosofia Grega e à ciência moderna.

2.2 – Troca de mercadorias, abstracção real e síntese social

Sohn-Rethel diz-nos que os seus primeiros escritos, nomeadamente os dos anos 30, devem ser encarados como um mero “estágio de autodesenredo; a medida para o julgamento desses trabalhos não está neles mesmos, e sim no esclarecimento ao qual eles final e definitivamente me levaram: *o que está exposto em meu livro de 1970 [Trabalho Espiritual e Corporal]*”.³⁷

Não obstante, encontra-se já nos mesmos a tese fundamental que constitui o cerne do pensamento Sohn-Retheliano, pelo menos em estado embrionário:

Não são talvez a unidade da autoconsciência e o sujeito do conhecimento, na realidade, desde a origem só um reflexo intelectual inevitável da unidade do dinheiro, o pensamento discursivo uma forma da consciência condicionada pela função do dinheiro para a sociedade mediada pelas mercadorias, e o conhecimento racional do objeto só a reprodução ideal da maneira e modo, como numa tal sociedade se realiza a produção de acordo com as leis da troca mercantil? Esta suposição parece à primeira vista uma hipótese ousada, que leva a consequências muito graves. Queremos mesmo assim colocá-la, pois cremos que ela se pode demonstrar. A hipótese a propósito chega a dizer que *as formas de consciência, que nós denominamos formas do conhecimento no sentido racional, surgiram da reificação presente na troca mercantil*.³⁸

Com efeito, a versão primitiva da análise “fenomenológica ” da troca está presente na sua “Liquidação Crítica do Apriorismo”.³⁹ No entanto, há uma grande ênfase na

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 39.

³⁶ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, p. 28.

³⁷ SOHN-RETHEL, Alfred. “Exposição sobre a teoria da socialização funcional. Uma carta a Theodor W. Adorno (1936)”. In: ___. *Trabalho Espiritual e Corporal*, *op. cit.*, p. 89, itálico nosso.

³⁸ SOHN-RETHEL, Alfred. “Para a liquidação crítica do apriorismo. Uma pesquisa materialista (Março-Abril 1937)”. In: ___. *Trabalho Espiritual e Corporal*, *op. cit.*, pp. 98-99, itálico nosso.

³⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 101-123.

exploração como origem da reificação⁴⁰ em detrimento da descrição dos elementos formais da troca, como sucederá em *Trabalho Espiritual e Corporal*.⁴¹

Os desenvolvimentos e os resultados das suas pesquisas nas décadas subsequentes serão conhecidos apenas sob a forma de pequenos ensaios.⁴² É apenas em 1970, quando finalmente consegue publicar a sua obra principal, que surgirá a primeira exposição detalhada da sua teoria e um interesse alargado na mesma⁴³. É portanto à análise da sua *magnum opus* que dedicaremos as páginas seguintes.

2.2.1 – A abstracção da mercadoria (*commodity abstraction*)

Atentemos nas palavras de Sohn-Rethel:

A forma da mercadoria é abstracta e a abstracção domina toda a sua órbita. (...) Na forma do dinheiro a riqueza torna-se abstracta e, enquanto possuidor dessa riqueza, o próprio homem torna-se um homem abstracto, um possuidor de propriedade privada. (...) [Assim,] uma sociedade na qual a troca de mercadorias forma o *nexus rerum* é um conjunto de relações puramente abstractas onde tudo o que é concreto está em mãos privadas.⁴⁴

Todavia, a essência da abstracção mercantil é o facto da mesma não ser induzida pelo pensamento, isto é, não possuir a sua origem nas mentes dos homens mas nas suas acções: “trata-se de uma abstracção no sentido real, literal”.⁴⁵ O conceito económico de valor resultante da mesma é caracterizado por uma completa ausência de qualidade, por uma diferenciação puramente quantitativa e aplicável a qualquer tipo de mercadoria. Como veremos mais à frente, esta característica da abstracção “valor” revela uma semelhança incrível com as categorias fundamentais da ciência natural quantitativa:

enquanto os conceitos da ciência natural são abstracções do pensamento, o conceito económico de valor é real. Não existe em nenhum outro sítio para além da mente humana mas não deriva dela. Ao

⁴⁰ “A reificação se pode constatar na troca mercantil e em suas formas, mas é impossível explicá-la a partir dela. Sua origem e fonte encontram-se na exploração” (Idem, *Ibidem*, p. 104). Ou mais à frente: “A síntese constitutiva, à qual todo o conhecimento teórico logicamente como geneticamente remonta, é a reificação e a socialização material que se opera pela exploração.” (Idem, *Ibidem*, p. 118).

⁴¹ Cf. SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, pp. 35-57.

⁴² Cf., por exemplo, SOHN-RETHEL, Alfred. “Historical Materialist Theory of Knowledge”, *Marxism Today*, 1965. Disponível em: <<http://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/sohn-rethel-2.pdf>>. Acesso em: 07/jan/2012.

⁴³ A que se seguiriam várias outras obras, infelizmente, na sua maioria, não traduzidas do alemão (cf. REINFELDER, Monika & SLATER, Phil. “Intellectual and Manual Labour: An Introduction to Alfred Sohn-Rethel”. *Capital & Class*, 6, 1978, pp. 137-139.)

⁴⁴ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, p. 19.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 20.

invés, tem um carácter puramente social, resultando da esfera espaço-temporal das inter-relações humanas.⁴⁶

Na sua análise, Marx faz da distinção entre “valor de uso” e “valor de troca” o principal aspecto da mercadoria. Sohn-Rethel, por sua vez, traça esta distinção em termos das actividades humanas a que corresponde: “acções de uso” e “acções de troca”.⁴⁷ O uso e a troca são mutuamente exclusivos no tempo. O uso corresponde aos processos materiais mediante os quais os homens asseguram a sua sobrevivência, aquilo que Marx designa por intercâmbio ou “metabolismo com a natureza.” Esta prática material é suspensa durante o acto da troca, que não tem nada de natural: é algo puramente social em termos de constituição e âmbito. Embora a troca implique a negação da realidade corpórea do uso e do valor de uso, ela mesma traduz-se, ainda assim, numa “realidade física”: o movimento das mercadorias no tempo e no espaço de um proprietário para o outro.⁴⁸ A síntese social capitalista é realizada pela troca e não pelo uso.⁴⁹

A característica marcante do acto da troca é que a sua separação em relação ao uso assume a necessidade cega de uma “lei social objectiva”. Mas a abstracção (*abstractness*) da troca não se aplica à consciência das pessoas que trocam: a consciência dos agentes está ocupada com o uso potencial (e “concreto”) das coisas que são trocadas, pelo que é o acto da troca que efectua “inconscientemente” a abstracção. O acto da troca, e apenas o *acto*, é abstracto, pelo que a consciência e a acção das pessoas envolvidas na troca se separam.⁵⁰

À medida que a produção mercantil se desenvolve, a imaginação do homem torna-se cada vez mais separada das suas acções e individualizada, assumindo a dimensão de uma consciência privada, o que torna impossível a transmissão “directa” das formas da troca – abstracção real – à consciência humana. Assim, a abstracção da troca entra apenas nas suas consciências *após* o acto da troca, “quando são confrontados com o resultado completo da circulação das mercadorias”: o dinheiro, “mediante o qual a abstracção assume uma existência separada”.⁵¹

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 20.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 23.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 27.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 29.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 27.

Em suma, a abstracção do valor ou da mercadoria deve ser vista como uma “abstracção real” derivada da actividade social humana e, por sua vez, esta “*abstracção contida na troca* (...) determina o modo conceptual de pensamento peculiar às sociedades baseadas na produção de mercadorias”.⁵² Não obstante, as pessoas tomam consciência da abstracção da mercadoria “apenas quando encaram o resultado que as suas próprias acções engendraram por trás das suas costas”:⁵³ o dinheiro.

2.2.2 – Os elementos formais da troca

Sohn-Rethel enumera um conjunto de elementos formais inerentes à troca de mercadorias: (i) solipsismo prático; (ii) a forma de permutabilidade das mercadorias; (iii) quantidade, (iv) espaço e tempo abstractos; (v) substância e acidência. Como veremos mais à frente, todas estas características formais possuem uma correspondência quase perfeita com os elementos conceptuais do pensamento. Mas descrevamo-los então um pouco mais em detalhe.

Em primeiro lugar, na base da produção de mercadorias, existe um estado de “independência recíproca.”⁵⁴ A troca de mercadorias impele o solipsismo entre os envolvidos, i.e., não está dependente daquilo que comunicam uns com os outros. “A doutrina de que entre todas as pessoas, e para cada uma delas, *solus ipse* (apenas eu) existo é apenas uma formulação filosófica dos princípios que regulam a troca na prática”.⁵⁵

Assim, a forma da inter-relação das trocas de mercadorias molda os mecanismos psicológicos dos indivíduos cujas vidas domina, “mecanismos que eles concebem como a natureza humana, inata. (...) Eles consideram que agiram no seu próprio interesse embora, de facto, apenas tenham obedecido às leis do nexa da troca. O solipsismo prático da troca entre possuidores de mercadorias não é mais do que a prática da propriedade privada enquanto base das relações sociais”.⁵⁶ O acto de troca é social, a mente dos envolvidos é privada: o resultado é uma mudança no estatuto das mercadorias enquanto propriedade privada.⁵⁷

⁵² Idem, Ibidem, pp. 22-23.

⁵³ Idem, Ibidem, p. 33.

⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 40.

⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 42.

⁵⁶ Idem, Ibidem, p. 42.

⁵⁷ Idem, Ibidem, pp. 42-43.

Em segundo lugar, as mercadorias são trocáveis precisamente em virtude de serem objectos passíveis de uma exclusão mútua de propriedade.⁵⁸ A indivisibilidade ou unidade da mercadoria não decorre das suas propriedades materiais, mas sim sociais: a singularidade (*singleness*) da sua existência (social) constitui a forma da permutabilidade (*interchangeability*) das mercadorias. A permutabilidade aplica-se a qualquer mercadoria, independentemente das suas propriedades materiais.⁵⁹ A mercadoria pertence a um mundo unificado comum a todos os indivíduos privados, pelo que a troca confere à síntese social a sua unidade.⁶⁰ O dinheiro actua como o veículo concreto, material da forma da permutabilidade das mercadorias e traduz a sua singularidade (*oneness*).

A abstracção refere-se à inter-relação dos agentes da troca e não aos próprios agentes. Isto porque não são os indivíduos que causam a síntese social mas as suas acções. Estamos perante uma abstracção pura que possui, todavia, uma realidade espaço-temporal e que assume uma representação separada no dinheiro, uma relação que é formalizada apenas em termos do entendimento (*understanding*) humano. “O dinheiro é uma coisa abstracta, um paradoxo em si mesmo – uma coisa que realiza a sua função socialmente sintética para além da compreensão humana”.⁶¹ A função do dinheiro não está relacionada com o nosso ser físico ou natural, sendo apenas compreensível no âmbito das nossas inter-relações enquanto seres humanos. Não possui qualquer significado fora da mente humana e, contudo, “possui uma determinada realidade fora delas – uma realidade social”.⁶²

Em terceiro lugar, a troca contém um postulado de igualdade entre as duas mercadorias a serem trocadas. “Estas são equiparadas em virtude de serem trocadas, não são trocadas em virtude de qualquer igualdade [material] que possuam”.⁶³ A transformação de relações humanas em relações entre coisas, ou seja, a propriedade

⁵⁸ Idem, Ibidem, p. 43.

⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 44.

⁶⁰ Idem, Ibidem, pp. 43-44.

⁶¹ Idem, Ibidem, p. 45.

⁶² Idem, Ibidem, p. 45.

⁶³ Idem, Ibidem, p. 46.

“reificante” da troca, está ligada a este efeito igualizador do acto da troca sobre os objectos.⁶⁴ Ora, a equiparação produzida pela troca supera todas as medições dimensionais específicas e estabelece uma esfera de quantidade não-dimensional, de quantidade *tout court*. “Por outras palavras, o postulado da troca abstrai a quantidade de tal forma que constitui a base do pensamento matemático”.⁶⁵

Em quarto lugar, esta abstracção da quantidade pura ganha importância acrescida quando relacionada com a abstracção correspondente relativa ao tempo e ao espaço. A troca força uma abstracção relativamente a todas as actividades (materiais) que compõem o “metabolismo com a natureza”, pois os objectos trocados são assumidos como imutáveis durante a transacção. “A troca esvazia o tempo e o espaço dos seus conteúdos materiais e atribui-lhes conteúdos de significado puramente humano relacionados com o estatuto social das pessoas e das coisas”.⁶⁶ Por outras palavras, e ao contrário das sociedades do passado, o tempo e o espaço deixam de ser específicos – associados a eventos e fenómenos específicos – e passam a ser abstractos.

Finalmente, com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, “a sua substancialidade sem qualidades e persistente espelha-se na materialidade não descritiva do dinheiro”.⁶⁷ Deste modo, a natureza imutável e indistinta (*non-descript*) da mercadoria enquanto valor de troca traduz a sua substância, enquanto as suas propriedades específicas enquanto valor de uso constituem a sua acidentalidade (*accidents*).⁶⁸

O acto de troca pode ser descrito como o *movimento abstracto, através do espaço e tempo abstractos (homogéneos, contínuos e vazios), de substâncias abstractas (materialmente reais mas desprovidas de qualidades sensíveis) que, portanto, não sofrem qualquer mudança material e apenas permitem uma diferenciação quantitativa (diferenciação em termos de quantidade abstracta, não-dimensional)*.⁶⁹

O elemento-chave a reter é que “os aspectos formais da troca (...) constituem o mecanismo da abstracção real indispensável para a síntese social ao providenciarem a

⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 47.

⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 47.

⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 48.

⁶⁷ SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho Espiritual e Corporal*, op. cit., p. 30.

⁶⁸ SOHN-RETHEL, Alfred. “Science as alienated consciousness”. In: LEVIDOW, Les (org.), *Radical Science Essays*. London: Free Association Books, 1986 [1975], pp. 128-129.

⁶⁹ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, op. cit., p. 53, itálico no original.

matriz para o raciocínio (*reasoning*) conceptual abstracto característico das sociedades baseadas na produção de mercadorias”.⁷⁰ O padrão de movimento inerente à abstracção da troca introduz um conceito de natureza como “mundo material objectivo”, um mundo do qual o homem, enquanto sujeito social, se retirou. O tempo (infinito) e o espaço (ilimitado) abstractos propiciam uma concepção da natureza antitética relativamente à sociedade. Com efeito, uma ideia clara de natureza surge apenas na era da produção mercantil, superando os antropomorfismos das sociedades tribais assentes na produção comunitária.⁷¹

Nas sociedades modernas podemos distinguir, portanto, duas “fiscalidades” (*physicalities*): a primeira, “concreta e material”, compreende as mercadorias enquanto objectos de uso e as actividades humanas correspondentes ao intercâmbio material com a natureza – trata-se da “primeira natureza”; a segunda, “abstracta e puramente social”, diz respeito às mercadorias enquanto objectos de troca e quantidades de valor – trata-se da “segunda natureza” sintética, criada (inconscientemente) pelo homem. “Ambas existem no tempo e no espaço; *a natureza primária é criada pelo trabalho, a segunda natureza é dominada pelas relações de propriedade*”.⁷²

A abstracção relativamente à primeira natureza engendrada pela troca, através da sua separação do uso, impõe-se como uma “fiscalidade” abstracta ou, melhor, como um tipo de natureza abstracta, “desprovida de toda a realidade sensível e admitindo apenas uma diferenciação quantitativa. Ademais, é compreensível apenas para as pessoas familiarizadas com o dinheiro e envolvidas na sua utilização e aquisição”, isto é, no contexto da “civilização” nascida na Grécia Antiga.⁷³ A realidade social e puramente abstracta da troca existe apenas na cabeça dos homens, mas não deriva dela. Decorre do acto da troca, da sua necessidade implicada pela produção privada levada a cabo independentemente pelos indivíduos.

Sohn-Rethel chega portanto à seguinte conclusão: “Esta abstracção real é o arsenal onde, ao longo das eras de troca mercantil, o trabalho intelectual foi buscar os seus recursos conceptuais. Constituiu a matriz histórica da filosofia Grega e é a matriz dos

⁷⁰ Idem, Ibidem, p. 51.

⁷¹ Idem, Ibidem, p. 56.

⁷² Idem, Ibidem, pp. 56-57, itálico nosso.

⁷³ Idem, Ibidem, p. 57.

paradigmas conceptuais da ciência tal como a conhecemos”.⁷⁴ As mudanças nestes paradigmas indicam mudanças que ocorrem na matriz que os enquadra, e vice-versa, “uma vez que as formas socialmente necessárias do pensamento (*cognition*) não possuem outra origem que não seja o funcionalismo prevalecente da síntese social”.⁷⁵

2.2.3 – A conversão da abstracção real na abstracção conceptual e o “intelecto independente”

Recapitulemos: é apenas o acto da troca que exerce um efeito social; a consciência dos indivíduos é privada e ignora o carácter socialmente sintético das suas acções. Podemos falar de uma “segunda natureza” que compreende “a sua realidade socialmente sintética no tempo e no espaço históricos e a forma ideal de pensamento (*cognition*) através de conceitos abstractos”.⁷⁶ A segunda natureza inclui, portanto, a forma mercadoria (entendida apenas como acto de troca) – i.e., a “abstracção real” – e a forma do pensamento abstracto (filosofia e ciência), i.e., a “abstracção conceptual”.

A abstracção real converte-se na sua reflexão ideal ou forma intelectual. Esta “conversão” requer como ponto de partida a utilização da moeda – único aspecto “palpável” da abstracção real – nas trocas comerciais.⁷⁷ Não existe nenhuma matéria na natureza que se adeque completamente ao material que deve compor a moeda. Todos os materiais são perecíveis, transitórios, corruptíveis, sujeitos aos efeitos do tempo, etc. O dinheiro trata-se de algo real e, ainda assim, demarcado de toda e qualquer qualidade sensível mediante a qual a realidade é *real* para nós. Não possuindo qualidades sensíveis, o dinheiro é indestrutível, eterno.⁷⁸

Ora, subjacente a esta função monetária, está a abstracção geral da mercadoria “que permite, e aliás, impõe (*inforces*) a formação de conceitos de pensamento puro quando esta abstracção é mentalmente identificada com a sua realidade espacio-temporal”.⁷⁹ A “matéria imaterial”, não empírica, da qual o dinheiro virtualmente deveria ser feito, apenas pode ser representada genuinamente fora do “campo conjunto da matéria

⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 57.

⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 57.

⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 61.

⁷⁷ Idem, Ibidem, p. 62.

⁷⁸ Idem, Ibidem, p. 64.

⁷⁹ Idem, Ibidem, pp. 64-65.

natural e da empiria da percepção; em outras palavras: só na forma do conceito não empírico ou «puro».”⁸⁰

O facto de a moeda ser o meio que reflecte a abstracção real explica a existência de uma uniformidade lógica da abstracção intelectual entre todos os pensadores conceptuais de uma sociedade de troca, num dado estágio [de desenvolvimento] e formação. (...) As categorias básicas do trabalho intelectual (...) são réplicas dos elementos da abstracção real.⁸¹

O que diferencia o trabalho intelectual do trabalho manual é precisamente a sua utilização de formas de abstracção não empíricas, apenas representáveis através conceitos puros, não-empíricos. Estas formas abstractas de pensamento derivam da abstracção *real* da troca, também ela não-empírica e puramente social. Esta é a única forma de decifrar a origem e a “natureza do trabalho intelectual e da ciência evitando o idealismo”.⁸² A filosofia Grega constitui a primeira manifestação histórica da separação entre cabeça e mãos.

A origem histórica do pensamento conceptual traduz-se, na sua forma plenamente desenvolvida, no surgimento do “intelecto puro” (*pure intellect*) em completa separação das actividades físicas do homem.⁸³ Este intelecto, por sua vez, aplica-se à realidade exterior – sociedade e natureza – de acordo com o “objecto” que lhe é familiar – o padrão objectivo de pensamento decalcado da abstracção da mercadoria e das suas características formais.⁸⁴ A ciência do trabalho intelectual decorrente da segunda natureza está fundada numa abstracção não empírica e em conceitos de natureza *a priori*. Assim, os elementos formais da troca já mencionados – tempo e espaço abstractos, matéria abstracta, quantidade como abstracção matemática, movimento abstracto, etc. – formam um quadro de análise, também ele abstracto, capaz de comportar todos os fenómenos observáveis.⁸⁵

A noção da natureza como um mundo físico objectivo independente do homem – a divisão entre sociedade e natureza – nasce quando a produção mercantil atinge o seu auge enquanto economia monetária, i.e., “quando as relações sociais assumem o carácter impessoal e reificado da troca de mercadorias”. Os conceitos não empíricos

⁸⁰ SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho Espiritual e Corporal*, op. cit., p. 35.

⁸¹ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, op. cit., p. 76.

⁸² Idem, *Ibidem*, p. 66.

⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 67.

⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 69.

⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 73.

derivados da abstracção real possuem uma “realidade objectiva” na medida em que descrevem a acção reduzida a uma realidade física elementar, ou seja, descrevem o denominador “mínimo absoluto daquilo que constitui um acontecimento natural”, pelo que constituem o paradigma do pensamento mecanicista.⁸⁶

A forma do pensamento “vai, de um modo geral, conformar-se com a estrutura (*make-up*) da formação social existente baseada na produção de mercadorias. O próprio pensamento, contudo, ignora completamente esta conformidade dado que a sua alienação lhe oculta a [forma da] sociedade”.⁸⁷ A abstracção está na génese (e no resultado) da troca, mas esse facto escapa ao intelecto, que está destinado “a ser alienado por uma falsa consciência quando tenta explicar o seu próprio modo de pensamento”.⁸⁸

De acordo com Sohn-Rethel, “as bases válidas da ciência de uma [determinada] época são aquelas que se adequam (*in keeping with*) à síntese social dessa época.” Assim, “mudanças significativas na formação da síntese social encerram mudanças correspondentes na formação da ciência”.⁸⁹ De facto, como veremos mais à frente, o desenvolvimento da ciência moderna foi de par em par com o surgimento do capitalismo moderno.⁹⁰ A descoberta das chamadas leis naturais é o objectivo do método matemático e experimental da ciência “exacta” nascida com Galileu e Newton.

Podemos rematar que, na produção mercantil, o trabalho intelectual e o pensamento social estão *necessariamente* separados do trabalho físico. A produção material perde a sua coesão social directa e apenas pode formar uma totalidade viável através de uma rede de trocas efectuadas sobre a égide da propriedade privada que, enquanto capital, controla a produção e sujeita o trabalho manual – escravo, servil, ou assalariado – à exploração. O trabalho manual é espoliado não apenas económica, mas também intelectualmente, sendo despojado do conhecimento que rege o seu trabalho.⁹¹

3 – Forma Mercadoria e Forma do Pensamento: evolução histórica

⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 72.

⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 71.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 72.

⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 78.

⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 74.

⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 78.

Começemos por apresentar a distinção que Sohn-Rethel faz entre “sociedades de produção” e “sociedades de apropriação”. Quando a forma da síntese social é determinada pela relação de trabalho no processo produtivo, isto é, deriva a sua ordem fundamental directamente do processo de trabalho humano que interage com a natureza – então essa é uma “sociedade de produção” e tem a possibilidade de ser uma sociedade sem classes. É este o caso das comunidades “primitivas” e de uma (possível) sociedade comunista futura. As pessoas criam a sua própria sociedade enquanto produtores.⁹²

As sociedades de apropriação, por sua vez, são baseadas na apropriação dos produtos do trabalho por parte dos membros não trabalhadores. Existem dois tipos de apropriação: (i) unilateral, na qual há uma apropriação (pública) do excedente produzido por parte de uma autoridade – mediante a imposição de tributos ou do roubo puro e simples – no contexto de formas de “dominação directa e de servidão”; e (ii) recíproca, assente na troca privada e na produção de mercadorias. “A característica comum de todas as sociedades de apropriação é que a síntese social é efectuada por actividades qualitativamente diferentes, e separadas no tempo, do trabalho que produz os objectos da apropriação”.⁹³

De um modo geral, segundo Sohn-Rethel,⁹⁴ podemos distinguir três épocas maiores no desenvolvimento social da humanidade que correspondem, por seu turno, a três etapas no desenvolvimento do pensamento e do conhecimento: sociedades primitivas, sociedades da Idade do Bronze e sociedades produtoras de mercadorias (antigas e modernas). Ao sintetizar esta evolução histórica, dedicaremos uma atenção especial ao último tipo, nomeadamente à Grécia Antiga e ao capitalismo moderno.

3.1 – As sociedades primitivas e a Idade do Bronze

A sociedade tribal (ou comunismo primitivo) corresponde ao surgimento da linguagem e da consciência humanas. Todavia, a consciência é aqui inteiramente “prática”, ou seja, corresponde ao conhecimento de como fazer as coisas, mas não ao conhecimento necessário para as explicar. Assim, o indivíduo não concebe a sua

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 83.

⁹³ Idem, *Ibidem*, pp. 83-84.

⁹⁴ Cf. SOHN-RETHEL, Alfred. “Historical Materialist Theory of Knowledge”, *op. cit.*

existência fora do contexto do grupo social a que pertence (tribo, clã, etc.); não enfrenta a natureza como um indivíduo, mas, pelo contrário, define de um modo “mágico” um processo que lhe é inteiramente incompreensível.⁹⁵

As civilizações da Idade do Bronze (exemplo: Antigo Egito) correspondem ao surgimento da escrita e da numeração. Nestas sociedades, o comércio ainda não permeia a ordem interna da comunidade, sendo conduzido essencialmente com outros povos. Os seus principais desenvolvimentos intelectuais incluem: a criação de sistemas de contabilização dos bens armazenados, o estabelecimento de padrões de medida, a astronomia e a calendarização das cheias, uma geometria elementar para a divisão e redistribuição das áreas agrícolas, e a criação de registos escritos. Embora estes elementos traduzam a existência de um trabalho intelectual separado das actividades manuais, ainda não implicam nem pressupõem um modo de pensamento conceptual.⁹⁶

3.2 – Grécia: a sociedade clássica de apropriação

A metalurgia com recurso ao ferro desenvolveu-se por volta da 1000 AC e deu origem a civilizações como a dos Gregos, dos Etruscos e dos Romanos. Citemos Thomson:

ao aumentar a produtividade e ao possibilitar novas divisões do trabalho, o uso do ferro aprofundou ainda mais o processo de transformação da produção e apropriação colectivas em produção e apropriação individuais. Assim, marcou uma nova etapa no crescimento da produção mercantil. A aldeia comunal, assente na propriedade comum e na apropriação do excedente sob a forma de tributo, foi sucedida por uma comunidade de proprietários individuais, cada um produzindo independentemente para o mercado. Este era o caso da *polis* Grega, baseada no uso do ferro.⁹⁷

A troca de mercadorias originou o pensamento abstracto apenas na antiguidade clássica tardia, pois apenas a partir da civilização Grega se afirmou como síntese social abrangente. Antes existiam apenas actos de troca isolados e acidentais.⁹⁸ Quando a realidade comercial assumiu uma preponderância tão grande que conduziu à invenção da moeda, por volta de 680 AC, os seus efeitos perturbadores e desagregadores fizeram-

⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 2.

⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁹⁷ THOMSON apud SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, p. 95.

⁹⁸ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, pp. 58-59.

se sentir sobre a ordem interna da comunidade.⁹⁹ O aumento da propriedade privada e das trocas entre os indivíduos conduziu à transformação dos produtos em mercadorias e à criação de uma síntese social assente numa economia monetária e na apropriação *privada*.¹⁰⁰

Esta revolução social foi acompanhada por uma forma de pensamento própria e distinta. O crescimento da produção de mercadorias na Grécia levou ao nascimento da filosofia e do modo de pensamento conceptual na costa Jónica do mar Egeu (com Tales, Anaximandro, etc.), o centro da actividade comercial marítima. A divisão entre trabalho intelectual e manual “torna-se um factor de extrema importância”.¹⁰¹

O primeiro “pensador puro” que criou (inconscientemente) um conceito perfeitamente adequável ao dinheiro foi Parménides, com o seu conceito de “ser”: imutável através dos tempos, estendido por todo o espaço, não possuidor de propriedades sensíveis e estritamente homogéneo, uniforme e incapaz de perecer.¹⁰²

Citemos mais uma vez Thomson:

O homem, o sujeito, aprendeu a abstrair-se do mundo externo, o objecto, e a encará-lo pela primeira vez como um processo natural determinado pelas suas próprias leis, independente da sua vontade; contudo, através do mesmo acto de abstracção ele alimentou (*nursed*) em si mesmo a ilusão de que as novas categorias de pensamento possuíam uma validade imanente independente das condições sociais e históricas que as tinham criado.¹⁰³

A matemática e, em particular, a geometria criada pelos Gregos possuía igualmente um carácter puramente intelectual e formalizado, ausente de qualquer ligação prática com a medição (como sucedia no Egipto, por exemplo). A medida dissociou-se do acto de medir, ou seja, a operação manual subordinou-se a um acto de puro pensamento destinado a apreender as leis quantitativas do espaço ou números abstractos.¹⁰⁴

O seu conteúdo conceptual era independente não apenas deste ou daquele propósito particular, mas de qualquer tarefa prática. (...) Emergiu uma forma pura de abstracção que foi incorporada no pensamento reflexivo. Preconizamos que isto pôde apenas ser o resultado da generalização intrínseca à comensuração monetária do valor das mercadorias promovida pela moeda.¹⁰⁵

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 96.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 98.

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp. 98-99.

¹⁰² Idem, *Ibidem*, p. 65.

¹⁰³ THOMSON apud SOHN-RETHEL, Alfred. “Science as alienated consciousness”, *op. cit.*, p. 123.

¹⁰⁴ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, p. 101.

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 102.

Sohn-Rethel conclui que embora não existisse uma produção de mais-valia em sentido capitalista, a síntese social na Grécia antiga era baseada na troca dos produtos como mercadorias e não mais num modo de produção comunitário. Isso foi o suficiente para que a abstracção real se tornasse no elemento dominante para a forma de pensamento vigente nessa sociedade e “autoriza-nos a reconduzir as características conceptuais da filosofia e da matemática grega (...) a esta raiz”.¹⁰⁶

3.3 – A Idade Média e o Renascimento

Com a desintegração do Império Romano, assistiu-se ao fim das formas de produção mercantil características da antiguidade clássica. A economia perdeu o seu carácter monetário e escravagista e transformou-se no Feudalismo, baseado numa produção agrícola e artesanal em pequena escala. A produção individual ocorria de acordo com a divisão do trabalho no interior da casa senhorial medieval.¹⁰⁷

Todavia, o crescimento, entre os séculos IX e XII, das forças produtivas ao dispor dos artesãos e dos camponeses conduziu à formação das cidades e ao renascimento das relações monetárias, associadas ao desenvolvimento do capital mercantil. Os tributos e os impostos começaram a ser cobrados em dinheiro, o que forçou o estabelecimento de uma economia monetária e de um raciocínio análogo nos indivíduos.¹⁰⁸ No final do século XIV assiste-se à transição dos modos de produção artesanal para uma época pré-capitalista, marcada pelo Renascimento e pela origem e desenvolvimento das ciências naturais.¹⁰⁹

Em resultado da revolução comercial ocorrida na Idade Média – e que se aprofundou nos séculos seguintes – deu-se uma mudança da produção individual para a produção social num grau cada vez mais alargado. A formação das comunidades urbanas no final do Feudalismo significou a necessidade de muralhas e defesas comuns, edifícios administrativos, catedrais, estradas, pontes, sistemas de abastecimentos de água e de drenagem, etc. Estes desenvolvimentos foram responsáveis por uma série de

¹⁰⁶ SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho Espiritual e Corporal*, op. cit., p. 54.

¹⁰⁷ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, op. cit., pp. 104-105.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 106-107.

¹⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 110.

actividades que os recursos económicos, técnicos e teóricos limitados da produção artesanal já não conseguiam satisfazer.¹¹⁰

Aos artesãos faltava sobretudo uma qualificação fundamental para resolver os problemas colocados pela época nascente: o pensamento abstracto codificado na matemática, ou seja, “a lógica do pensamento socializado”. Se o capital começou a exercer a sua influência sobre a produção, a matemática passou a dominar os poderes intelectuais da produção social: assistiu-se pela primeira vez à aplicação da ciência em larga escala.¹¹¹ A matemática abre um fosso entre o pensamento e a acção humana, “estabelecendo uma divisão inequívoca entre cabeça e mãos nos processos produtivos”.¹¹²

Mais do que qualquer outro factor, “foi o desenvolvimento das armas de fogo que impôs o uso da matemática aos artesãos. (...) a tecnologia das armas de fogo (...), a partir da segunda metade do século XV, intensificou e acelerou enormemente os desenvolvimentos tecnológicos”.¹¹³ A utilização das armas de fogo criava problemas cruciais, tais como, por exemplo, a relação entre a força explosiva, o peso dos canhões e o alcance dos projecteis, resolúveis apenas com o recurso à matemática. Para além disso, a produção de armamento expandiu a fundição de metais, a mineração (do ferro) e as exigências de transporte. Também a arquitectura militar adquiriu uma importância acrescida com vista à protecção dos portos e das cidades. E relembremos que todos estes desenvolvimentos foram de par em par com o estabelecimento de uma economia monetária a uma escala nunca antes vista.¹¹⁴

4 – O capitalismo e a génese da ciência moderna

¹¹⁰ SOHN-RETHEL, Alfred. “Science as alienated consciousness”, *op. cit.*, p. 134.

¹¹¹ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.*, p. 112.

¹¹² Idem, *Ibidem*, pp. 112-113.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, p. 113.

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 113. Kurz destaca igualmente o papel decisivo da “economia política das armas de fogo” na implantação do trabalho abstracto e das relações monetárias: a “produção de mercadorias e economia monetária como elementos básicos do capitalismo receberam um impulso decisivo no início da era moderna por meio do desencadeamento da economia militar e armamentista” (KURZ, Robert. “Canhões e Capitalismo – A revolução militar como origem da modernidade”, 1997. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz2.htm>>. Acesso em: 05/jan/2012.). “Para poder financiar as indústrias de armamento e os baluartes, os gigantescos exércitos e a guerra, os estados tinham de espremer ao máximo sua população e isso, em correspondência à matéria, numa forma igualmente nova: no lugar dos antigos impostos em espécie, a tributação monetária. As pessoas foram assim obrigadas a «ganhar dinheiro» para poder pagar seus impostos ao estado” (Idem, *Ibidem*).

É possível “compreender a gênese histórica e lógica das ciências exactas enquanto parte essencial das relações de produção capitalistas”.¹¹⁵ O método matemático e experimental de Galileu possibilitou o conhecimento da natureza através de outras fontes que não o trabalho manual: esta é a característica-chave da ciência moderna, pois “com uma tecnologia dependente do conhecimento dos trabalhadores, o modo de produção capitalista seria uma impossibilidade”.¹¹⁶

O factor decisivo para a criação das ciências exactas foi a extensão do conceito de inércia ao movimento por parte de Galileu, criando a ciência da dinâmica. Galileu abriu caminho à aplicação da matemática ao cálculo dos fenómenos naturais, sendo um precursor da mecânica Newtoniana. Demonstrou que os fenómenos podem ser isolados das influências ambientais não controladas e testados experimentalmente.

O princípio do movimento inercial (*inertial motion*) diz que um corpo permanece em movimento desde que não sofra qualquer interferência de uma força externa.¹¹⁷ Assim, pressupõe: a possibilidade de isolar um corpo do seu ambiente físico; uma concepção de espaço infinitamente homogéneo (geometria Euclidiana); e uma concepção de movimento – e de repouso – enquanto estados presentes no mesmo nível ontológico.¹¹⁸

A nossa explicação do princípio do movimento inercial é que o mesmo deriva do padrão de movimento contido na abstracção real da troca mercantil. Este movimento possui a realidade, no tempo e no espaço, dos movimentos das mercadorias no mercado e, portanto, da circulação do dinheiro e do capital. O padrão é absolutamente abstracto, no sentido em que não possui qualquer traço de qualidades perceptíveis, e é definido como: o movimento linear abstracto – através do espaço e tempo abstractos, vazios, contínuos e homogéneos – de substâncias abstractas que não sofrem qualquer mudança material, sendo este movimento apenas propício (*amenable*) ao tratamento matemático. Embora ocorra continuamente na nossa vida económica, o movimento correspondente a esta descrição não é perceptível às nossas consciências privadas. Quando logra entrar nas nossas consciências fá-lo de uma forma puramente conceptual, cuja fonte já não é reconhecível; nem o mecanismo a que deve a sua abstracção.¹¹⁹

Deste modo, Sohn-Rethel deriva os conceitos *a priori* da ciência, não de uma natureza externa, mas da natureza histórica do homem. Retomemos o exemplo do conceito de inércia. Na antiguidade, na Idade Média e ainda no Renascimento, existe

¹¹⁵ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, op. cit., p. 117.

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 123.

¹¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 125.

¹¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 127.

¹¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 128.

um conceito estático de inércia, pois os processos de troca estão confinados à esfera da circulação (capital monetário e mercantil). Mas com o advento do capitalismo, surge um conceito dinâmico de inércia. Isto decorre de os meios de produção – homens e máquinas – passarem a ser controlados pelo mercado. “A produção [...] [é agora uma] unidade amalgamada (*mingled*) de troca e produção (...) constitui um processo constante e contínuo que funciona como um sistema economicamente automático (*self-compelling*)”.¹²⁰

Ora, se na esfera económica o poder social é constituído pelo capital, na esfera da tecnologia é constituído pela ciência, ou, mais concretamente,

pela operação metódica da mente humana na sua forma socializada, guiada pela sua lógica específica, a matemática. Esta mente socializada do homem (...) é o dinheiro desprovido dos seus acessórios (*attachments*) materiais, portanto, imaterial e não mais reconhecível como dinheiro e, com efeito, não sendo já dinheiro mas o «intelecto puro». Na sua forma de dinheiro é o capital dominando o processo de trabalho (...) [e] funcionando de um modo automático ao impor a corporização do trabalho (...) em valores que geram uma mais-valia. Na sua forma de intelecto científico a mente socializada aplica-se aos fenómenos físicos dos quais depende o funcionamento (*working*) automático do processo de trabalho dos vários capitais.¹²¹

O padrão da abstracção contida na troca passou a assumir o significado do “mínimo absoluto” daquilo que constitui um acontecimento físico (natural). Qualquer acontecimento que possa ser construído como um compósito deste mínimo é, portanto,

concebível em termos de categorias puramente teóricas e passível de um tratamento completamente matemático. De facto, é assim que a ciência moderna procede. Hipóteses teóricas, numa forma conceptual e formulação matemática, são trabalhadas e testadas (...). O fenómeno testado é salvaguardado de qualquer interferência humana e registam-se as medições específicas que serão depois interpretadas conforme indicadas pelos instrumentos, e que deverão responder às questões avançadas pelas hipóteses.¹²²

Em virtude do seu isolamento, um fenómeno apenas pode ser sujeito a investigação fora do contexto em que ocorre. Deste modo, a

ciência moderna não visa ajudar a sociedade nas suas relações com a natureza. Estuda a natureza apenas do ponto de vista da produção capitalista. Se as experiências produzirem uma verificação confiável da hipótese, esta torna-se numa «lei da natureza» estabelecida sob a forma de uma lei de

¹²⁰ Idem, Ibidem, pp. 129-130.

¹²¹ Idem, Ibidem, p. 130.

¹²² Idem, Ibidem, pp. 131-132.

acontecimentos recorrentes. E este é o resultado que o capitalista poderá utilizar numa aplicação tecnológica na sua fábrica.¹²³

Numa afirmação plena de actualidade, diz-nos Sohn-Rethel que “os objectos passíveis de serem controlados pelo capital devem colocados (*cast*) na forma de uma mercadoria. A verdade exacta da ciência exacta constitui o conhecimento da natureza sob a forma da mercadoria”.¹²⁴ Neste sentido, se nos modos de produção comunal primitivos “a prática social era racional mas a teoria era irracional (mitológica e antropomórfica), na base da produção de mercadorias a relação foi invertida; nomeadamente, a prática social tornou-se irracional (escapa ao controlo humano) mas o seu modo de pensamento assumiu formas racionais”.¹²⁵

Sohn-Rethel consegue ainda perceber as potencialidades da automatização, embora não as ligue à superação do trabalho. É obviamente necessário redefinir a relação do homem com a automatização, mas

o homem poderia agora, em princípio, ter à sua disposição forças de produção que abrangem, na sua realidade física, a socialização que nas eras de produção mercantil se foi acumulando no trabalho intelectual da mente humana – ou seja, na ciência. Isto é uma inversão na relação entre o homem e os seus instrumentos (*tool*). Os instrumentos são repositórios das suas potencialidades sociais e o homem pode permanecer um indivíduo utilizando esses instrumentos para satisfazer as suas necessidades e desejos num horizonte inimaginável. É claro que isto implica que o socialismo substitua o capitalismo.¹²⁶

O socialismo deve estabelecer uma aliança entre a sociedade e a natureza, através de uma ciência assente na unidade entre trabalho intelectual e manual.¹²⁷ A ciência numa sociedade socialista será, metodologicamente falando, a mesma ciência que existe actualmente. Não obstante, o socialismo possuirá os meios para contrariar as propriedades nocivas da ciência sob o capitalismo: o facto de as categorias científicas básicas derivarem da segunda natureza e estarem completamente alienadas das realidades qualitativas da primeira natureza; o facto de a ciência ser forçada a isolar os seus objectos de estudo do respectivo ambiente; e o facto de ser uma actividade puramente intelectual.¹²⁸

¹²³ Idem, Ibidem, p. 132.

¹²⁴ Idem, Ibidem, p. 132.

¹²⁵ Idem, Ibidem, pp. 133-134.

¹²⁶ Idem, Ibidem, p. 177.

¹²⁷ Idem, Ibidem, p. 181.

¹²⁸ Idem, Ibidem, pp. 183-184.

Os produtores associados controlarão os meios de produção materiais e intelectuais, concertando-os de modo a estabelecer uma verdadeira simbiose com a natureza a nível global. “A prática material dos seres humanos nas suas actividades sociais exigirá que as descobertas científicas sejam integradas na relação entre a sociedade e a natureza”. As descobertas nunca permanecerão desconectadas; ao invés, serão sempre combinadas e “regularão a interacção colectiva com a natureza”.¹²⁹

Segundo Sohn-Rethel, numa sociedade socialista, a ciência perderá o seu carácter unilateralmente intelectual. Os avanços conseguidos pela ciência, ao longo do século XX, já não parecem adequar-se à racionalidade subjacente ao capitalismo,

libertando poderes naturais que o capital não consegue controlar [e “rentabilizar”, ou seja, colocar na forma do valor, N.M.]. Portanto, se permanecermos nas garras (*clutches*) do capitalismo, estamos ameaçados com a perda da racionalidade social da ciência que o capitalismo já possuiu e podemos cair na irracionalidade da nossa prática social combinada com uma irracionalidade correspondente da nossa teoria. (...) O homem chegou a uma encruzilhada em que é confrontado com a alternativa de seguir o caminho do socialismo e alcançar, talvez, uma racionalidade tanto da prática como da teoria sociais, ou continuar a seguir o caminho do capitalismo e perder ambas.¹³⁰

5 – Sohn-Rethel e a Nova Crítica do Valor

5.1 – A falsa ontologização do trabalho

O Marxismo clássico, do movimento operário, esteve sempre refém de uma crítica reduzida do capitalismo: entende o capitalismo meramente na base da propriedade (jurídica) privada dos meios de produção por parte dos capitalistas e da respectiva exploração “subjectiva” dos trabalhadores mediante a apropriação da mais-valia que estes produzem. Assim, trata-se de “expropriar os expropriadores”, de retirar aos “parasitas da sociedade” a mais-valia produzida pelo “trabalho produtivo honesto”. E o instrumento para isso, o “motor da história”, é constituído pela “luta de classes”, pela elevação do proletariado a “sujeito da história” responsável pela construção de uma sociedade assente numa ontologia do trabalho. No fundo, trata-se de uma crítica sobretudo da distribuição – da circulação, se quisermos – e da oposição da “anarquia do mercado” a uma planificação e afectação central do (tempo de) trabalho da sociedade.

¹²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 184.

¹³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 135.

A Nova Crítica do Valor¹³¹ (NCV) designa esta pela teoria do Marx “exotérico”. A ela contrapõe o núcleo “esotérico” da teoria de Marx: o escândalo já não é o “roubo” por parte dos capitalistas da mais-valia produzida pelos trabalhadores, mas a própria produção de valor e o próprio trabalho enquanto substância desse mesmo valor. Recuperando a teoria do fetichismo de Marx, a NCV empreende uma crítica radical do “sistema produtor de mercadorias da modernidade”, evidenciando a necessidade de abolir as suas categorias de base que tendem a ser ontologizadas, inclusive pelos “marxistas”: valor, mercadoria, trabalho, Estado, mercado, etc. Já não se trata de uma “luta de classes” mas antes de uma luta contra uma dominação impessoal, quasi-objectiva,¹³² erigida em “sujeito automático” e que escapa ao controlo dos homens e os subjuga. Não se trata mais de libertar o trabalho mas de nos libertarmos *do* trabalho; a emancipação humana virá não da elevação do trabalho a princípio supremo da humanidade, mas da sua abolição, da libertação do “intercâmbio ou metabolismo com a natureza” (Marx) e da produção de riqueza material dos grilhões do valor e da abstracção trabalho *qua* sociabilidade humana comum reificada, da loucura de uma “metafísica real”.

Ao recuperar a análise da forma mercadoria e a teoria do fetichismo de Marx, Sohn-Rethel assume-se como um dos precursores desta corrente.¹³³ Todavia, como já vimos, uma das suas ideias centrais é que “a abstracção surge da relação de circulação entre os homens”.¹³⁴ Para o autor,

*nem o trabalho é abstracto por natureza, nem sua abstracção para «trabalho humano abstracto» é seu próprio produto. O trabalho não se abstrai a si mesmo. O lugar da abstracção está fora do trabalho, na forma social de relacionamento própria da relação de troca. (...) [A troca] abstrai (ou, digamos, abstratifica) o trabalho. O resultado dessa relação é o valor das mercadorias.*¹³⁵

E acrescenta, noutra lugar, que não pode ser reconhecida

¹³¹ Esta corrente está associada a autores como Moishe Postone (EUA), Jean-Marie Vincent (França) e – no espaço de língua alemã – aos Grupos Krisis e Exit! (Robert Kurz, Anselm Jappe, Roswitha Scholz, Claus Peter Ortlieb, Norbert Trenkle, Ernst Lohoff, Franz Schandl, etc.). No espaço de língua portuguesa, realçamos o site <http://obeco.planetaclix.pt/>, que contém imensas traduções de artigos, livros e entrevistas dos autores mencionados, assim como a revista *Sinal de Menos*: <http://sinaldemenos.org/> (publicação fortemente influenciada pela NCV).

¹³² POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*, *op. cit.*

¹³³ Cf. JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria*, *op. cit.*, pp. 211-212; JAPPE, Anselm. “Pourquoi lire Sohn-Rethel aujourd’hui?”, *op. cit.*

¹³⁴ SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho Espiritual e Corporal*, *op. cit.*, p. 26.

¹³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 11, itálico nosso.

à forma valor das mercadorias nenhuma relação inerente ao trabalho. (...) [Assim,] o facto decisivo presente na produção de mercadorias é que sobre a sua base a socialização não se enraíza no carácter social do processo de trabalho (...), mas em um sistema de apropriação formalizado e generalizado como circulação da troca. (...) Em outras palavras, *a abstracção das mercadorias é abstracção da troca, não abstracção do trabalho.*¹³⁶

Deste modo, como facilmente se perceberá, esta asserção constitui o principal alvo das objecções da NCV à obra Sohn-Retheliana.¹³⁷ Neste sentido, apresentaremos brevemente as principais críticas lançadas por alguns dos seus autores-chave: Robert Kurz salienta que o fetichismo do valor permeia todo o processo de reprodução social capitalista; Moishe Postone realça que apenas no capitalismo é que o “trabalho” é responsável pela síntese social; e Norbert Trenkle desmistifica a suposta “inocência” ou neutralidade do conceito de trabalho concreto.

Kurz realça que a teoria de Sohn-Rethel foi a primeira a introduzir o conceito de abstracção real no debate marxista. Todavia, “para ele a abstracção socialmente objectivada apenas é real como uma «abstracção da troca» (...). Apenas no mercado é que o trabalho abstracto se apresenta como a substância comum das mercadorias que as

¹³⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 27-28, itálico nosso.

¹³⁷ Refira-se que, com a excepção David Black (cf. “On Philosophic Battles of Ideas, Past and Present”, 2010, pp. 4-5. Disponível em: <<http://www.usmarxisthumanists.org/wp-content/uploads/pdf/black-on-philosophic-battles-of-ideas-20100817.pdf>>. Acesso em: 05/jan/2012) e Alberto Toscano (cf. “The Open Secret of Real Abstraction”. *Rethinking Marxism*, 20, 2, 2008, pp. 280-282), a maioria dos autores nem sequer se apercebem desta questão, limitando-se a seguir acriticamente as teses de Sohn-Rethel (cf. HARSTOCK, Nancy. “Social Life and Social Science: The Significance of the Naturalist/Intentionalist Dispute”. *PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association, Vol. 1980, Volume Two: Symposia and Invited Papers*, 1980, pp. 325-345; MUNIZ, José Norberto. “O conhecimento científico como falsa consciência necessária”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. 12, 1/3, 1995, pp. 29-38; PRADO, Eleutério. “A abstracção mercantil e a teoria neoclássica”, 2009. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-texto-4.pdf>>. Acesso em: 05/jan/2012; WOLF, Philipp. “The A Priori of Money: Alfred Sohn-Rethel and Literature”. *Tropismes*, 9, 1999, pp. 179-191). Mesmo Galvan, naquela que é sem dúvida a melhor introdução ao pensamento Sohn-Retheliano em língua portuguesa, fica igualmente refém de uma identificação (exclusiva) da abstracção real com a troca mercantil: “o espaço-tempo da abstracção real é o mercado” (GALVAN, Cesare Giuseppe. *Moeda e Ciência – Ensaio sobre a teoria de Sohn-Rethel*. Recife: Ed. do Autor, 2001, p. 31). Follari (cf. “Los Rostros de Sohn-Rethel”. *Herramienta*, 44, 2010. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-44/los-rostros-de-sohn-rethel>>. Acesso em: 05/jan/2012) defende igualmente a colocação da troca no cerne da síntese social capitalista, uma vez que “o processo de circulação social é mais universal que o trabalho.” Augusto considera esta ontologia do trabalho em Sohn-Rethel um “elemento positivo” (!), na medida em que possibilita uma aproximação à “abordagem lukácsiana” (AUGUSTO, André Guimarães. “Gênese da Ciência em Lukács e Sohn-Rethel: proposta de uma síntese a partir da categoria da emergência”, 2011, p. 11. Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2011/TrabalhosPDF/AMC131F.pdf>>. Acesso em: 05/jan/2012). Em nossa opinião, contudo, e apesar dos seus méritos inegáveis e carácter pioneiro, a ontologização do trabalho – assim como a identificação do proletariado com o “sujeito-objecto” da história (*Geist* Hegeliano) – constitui também precisamente uma das principais fraquezas da obra de Lukács (cf. POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination, op. cit.*, pp. 72-83).

torna compatíveis”.¹³⁸ Por outras palavras, “o trabalho abstracto (...) é tratado implicitamente como conceito da circulação (...) [situado] para além da esfera da produção.¹³⁹

Tal corresponde (...) à subdivisão do processo de reprodução capitalista em uma esfera ontológica-transhistórica do trabalho concreto, do processo de produção material, por um lado, e em uma esfera especificamente capitalista da troca, ou do mercado, da regulação «anárquica» do mercado, por outro, onde se pretende «libertar» a ontologizada esfera da produção da esfera da circulação especificamente capitalista (...). Paradoxalmente, «o trabalho» como «trabalho sob a sua forma historicamente específica» [trabalho abstracto], «converte-se» assim não no próprio trabalho, e por isso, também não em dispêndio efectivo de força de trabalho no processo de produção real, mas apenas no seu além social, como processo de troca ou acto de mercado fora do trabalho, quando já nem sequer se trata de trabalho activo, mas apenas do seu reflexo fetichista nos produtos como mercadorias.¹⁴⁰

É preciso notar que a “forma de fetiche do valor (...) abrange todo o processo da reprodução social”, pelo que não pode ser “reduzida à forma da mercadoria no sentido da mera objectividade da circulação”.¹⁴¹ Em Sohn-Rethel, o valor é remetido para um “processo de abstracção *ex post*”, pelo que o autor tem de conceber o “duplo carácter do trabalho representado nas mercadorias” dividido por duas esferas distintas, “em vez de determinar o carácter de toda a reprodução: na produção não se encontra senão o trabalho «concreto» ou «útil», enquanto o produto em forma de mercadoria apenas na circulação surge como representação do trabalho abstracto”.¹⁴²

Este equívoco deriva do facto de o trabalho não ser ele próprio – como pensa Sohn-Rethel – algo de natural, sendo “precisamente na sua qualidade de produtos do trabalho que as coisas já são mercadorias ou produtos da abstracção real, e não apenas por força do acto da troca no mercado”.¹⁴³ Kurz conclui assim que embora Sohn-Rethel tenha chegado mais longe do que o “marxismo do movimento operário” e lhe assista o mérito

¹³⁸ KURZ, Robert. “A Substância do Capital – O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Primeira Parte: A qualidade histórico-social negativa da abstracção «trabalho»”, 2004, p. 25-26. Disponível em: <<http://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/r-kurz.pdf>>. Acesso em: 07/jan/2012.

¹³⁹ Idem, Ibidem, p. 44.

¹⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 44.

¹⁴¹ Idem, Ibidem, p. 25.

¹⁴² Idem, Ibidem, p. 25.

¹⁴³ Idem, Ibidem, p. 26.

de, com o conceito de abstracção real, ter desenvolvido a consciência teórica da problemática, o que constituiu um marco, ele mantém-se inteiramente refém da ontologia do trabalho e assim com o conceito de abstracção real limitado à circulação, o que tanto mais o vincula à cisão do conceito de trabalho em uma abstracção má, puramente circulatória *a posteriori*, por um lado, e uma concreção «boa», produtiva e supostamente ontológica, por outro.¹⁴⁴

De acordo com Postone, embora Sohn-Rethel procure analisar as “estruturas de pensamento (...) em termos da sua constituição pelas formas de síntese social”, ele não analisa “a especificidade do trabalho no capitalismo como sendo socialmente constitutivo”.¹⁴⁵ Assim, argumenta que “o tipo de abstracção e a forma de síntese social vinculada (*entailed*) na forma valor não é uma abstracção do trabalho mas uma abstracção da troca”.¹⁴⁶ Diz Postone que Sohn-Rethel

não relaciona a noção da abstracção trabalho com a criação de estruturas sociais alienadas. Ao invés, ele avalia positivamente o modo de síntese social (...) efectuado pelo trabalho na produção industrial como não-capitalista e opõe-lo ao modo de socialização efectuado pela troca, que avalia negativamente. *Apenas este último modo de socialização (...) constitui a essência do capitalismo.*¹⁴⁷

No capitalismo, pelo contrário, a “qualidade historicamente específica” do “trabalho” prende-se precisamente com o facto de realizar a síntese social, algo desconhecido nas sociedades precedentes. Assim, é a “especificidade da produção capitalista” e as “estruturas sociais alienadas” criadas pela socialização mediada pelo trabalho que são responsáveis pela abstracção real e não uma suposta troca (de mercadorias) extrínseca ao processo produtivo e ao trabalho.¹⁴⁸

Postone aplaude a tentativa Sohn-Retheliana de “relacionar a emergência histórica do pensamento abstracto, da filosofia e da ciência natural com formas sociais abstractas”.¹⁴⁹ Não obstante, a sua interpretação equivocada quanto ao carácter e

¹⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 26.

¹⁴⁵ POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*, *op. cit.*, p. 177.

¹⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 178.

¹⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 178, itálico nosso.

¹⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 178.

¹⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 179.

constituição dessas formas acaba por minar a sua “tentativa sofisticada de uma leitura epistemológica das categorias de Marx”.¹⁵⁰

Segundo Trenkle, o trabalho não constitui uma “constante antropológica”,¹⁵¹ tratando-se, pelo contrário, de “uma poderosa abstracção real historicamente imposta, que coage as pessoas sob seu poder violento”.¹⁵² Assim,

o trabalho, como forma específica da atividade da sociedade da mercadoria, já é *per se* abstrato pois que constitui uma esfera separada/abstraída (*abgezogene*) do contexto social remanescente. E, como tal, só existe em geral onde a produção de mercadorias já se transformou na forma determinante da socialização; isto é, no capitalismo, onde a atividade humana na forma do trabalho não serve a qualquer outra finalidade que à valorização do valor.¹⁵³

Com o conceito de abstracção real, Sohn-Rethel descreve “um processo de abstracção que não é executado através da consciência das pessoas como ato de pensamento, mas que é pressuposto no pensar e agir como estrutura *apriori* de síntese social e que os determina.” Todavia, para o autor, a abstracção real está ligada exclusivamente ao acto de troca de mercadorias mediante a “conexão funcional do mercado”.¹⁵⁴

Assim, a esfera do trabalho aparece-lhe

como um espaço pré-social no qual os produtores privados ainda fabricam seus produtos completamente não influenciados por qualquer forma socialmente determinada. Só *a posteriori* eles lançam seus produtos como mercadorias na esfera da circulação, onde, então, na troca, se abstrai de suas particularidades materiais (e com isto, indiretamente, do trabalho concreto despendido neles), onde assim eles se transformam em portadores de valor. *Este ponto de vista, que separa a esfera da produção da circulação opondo-as externamente, não atinge o nexo interno do moderno sistema produtor de mercadorias.*¹⁵⁵

Para Trenkle, o busílis da questão é que

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 179.

¹⁵¹ TRENKLE, Norbert. “O que é o valor? A que se deve a crise?”, 1998, p. 4. Disponível em: <<http://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/n-trenkle1.pdf>>. Acesso em: 05/jan/2012.

¹⁵² Idem, *Ibidem*, p. 2.

¹⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 3.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 5.

¹⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 5, *itálico* nosso.

os produtos não são fabricados no processo de produção capitalista como coisas úteis inocentes que alcançam o mercado *a posteriori*, mas cada processo de produção é de antemão direcionado à valorização do capital e correspondentemente organizado. Quer dizer, os produtos já são fabricados na forma fetichista da coisa-valor; eles devem atender a apenas um fim: representar o tempo de trabalho abstrato despendido para sua produção na forma de valor. A esfera da circulação (...) é o lugar no qual o valor representado nos produtos é realizado ou pelo menos deveria ser realizado.¹⁵⁶

Obviamente que as mercadorias devem ser igualmente coisas úteis, mas o lado sensível/material da mercadoria (“valor de uso”) não é primariamente a finalidade da produção capitalista; constitui tão-somente um “efeito colateral inevitável”, na medida em que “o valor não se realiza sem um suporte material”.¹⁵⁷ O que se retira daqui é que também o lado “concreto” do trabalho não permanece incólume face à “forma pressuposta de socialização”. “Se o trabalho abstrato é a abstração de uma abstração, então, o trabalho concreto representa apenas o paradoxo de ser o lado concreto de uma abstração (isto é, da forma-abstração «trabalho»)”.¹⁵⁸ Deste modo, é “concreto” apenas no sentido de que as diferentes mercadorias “necessitam de processos de produção materialmente diferentes” que, contudo, não se “comportam técnica e organizacionalmente frente à finalidade implícita da valorização” de um modo neutro. “O lado concreto-material do trabalho é (...) nada mais que a forma palpável, na qual a ditadura do tempo do trabalho abstrato confronta e coage a atividade dos trabalhadores sob seu ritmo”.¹⁵⁹

Sintetizemos então a crítica de Trenkle a Sohn-Rethel: “as mercadorias produzidas no sistema do trabalho abstrato já representam valor mesmo se ainda elas não tiverem, contudo, entrado na esfera da circulação”.¹⁶⁰ Isto porque para poderem entrar no processo de circulação (“mercado”), os produtos (“mercadorias”) já se devem “encontrar na forma fetichizada da coisa-valor”.¹⁶¹

¹⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 6.

¹⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 6.

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 6.

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 6.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 7.

¹⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 7.

5.2 - O conhecimento científico e o “sujeito burguês”

Se existe um claro desacordo quanto à origem da abstracção real (no capitalismo), já no que se refere ao aspecto “epistemológico” propriamente dito da teoria de Sohn-Rethel, este parece estar mais harmonizado com a teoria preconizada pela NCV. Segundo Ortlieb, as “relações estruturais entre o método científico-matemático (...) e a lógica da sociedade da mercadoria, em sua forma desenvolvida e actual” parecem tornar o “programa [epistemológico] de Sohn-Rethel” claramente “viável”,¹⁶² apesar de se poder objectar que os mesmos antecedentes do capital industrial – capital mercantil e que rende juros – terem surgido igualmente noutras sociedades (na China ou na Índia, por exemplo), “sem que por isso o pensamento tomasse o mesmo rumo que no Ocidente e, ademais, sem que surgisse uma dinâmica capitalista independente”.¹⁶³

Apesar de a ciência natural se apresentar como uma “ciência não-valorativa”, neutra, ela constitui na verdade um produto histórico específico.¹⁶⁴ Tal como Sohn-Rethel havia constatado, o método científico – desde Galileu e Newton até aos nossos dias – não deriva primariamente da observação, mas de proposições matemáticas e conceitos não empíricos.¹⁶⁵ Diz-nos Ortlieb, numa afirmação em clara sintonia com Sohn-Rethel, que, por exemplo, “a ideia de leis universais da natureza pressupõe um conceito objectivo de tempo linear e divisível infinitamente, assim como um conceito de espaço homogéneo”.¹⁶⁶

A “revolução do modo de pensar” surgida com a Modernidade instaurou “uma razão que é específica da época burguesa”, pelo que o “conhecimento objectivo” produzido

¹⁶² ORTLIEB, Claus Peter. “Objectividade Inconsciente – Aspectos de uma crítica das ciências matemáticas da natureza”, 1998, p. 10. Disponível em: <<http://nunomiguelmachado.files.wordpress.com/2012/01/cp-ortlieb.pdf>>. Acesso em: 07/jan/2012.

¹⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 7. Postone vai mais longe e diz que Sohn-Rethel não coloca uma ênfase suficiente na distinção entre a realidade da Grécia Antiga e a realidade capitalista moderna – na qual a forma mercadoria é totalizante – e, portanto, entre a filosofia Grega e o racionalismo moderno (POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*, *op. cit.*, p. 156). Para além disso, ao colocar a troca, e não o trabalho, no centro da síntese social não é capaz de explicar convenientemente as formas de pensamento dos séculos XIX e XX associadas ao processo de *produção* fetichista capitalista (Idem, *Ibidem*, pp. 178-179). Ao excluir as implicações da forma mercadoria para o próprio trabalho, “restringe a sua epistemologia social a uma consideração de formas de pensamento estáticas, abstractas e mecânicas” (Idem, *Ibidem*, p. 179), escapando ao seu escrutínio muitas formas de pensamento características da modernidade.

¹⁶⁴ ORTLIEB, Claus Peter. “Objectividade Inconsciente”, *op. cit.*, p. 1.

¹⁶⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 4-7.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 7.

nesta sociedade não é um “conhecimento a-histórico, independente das formas de sociedade e válido em igual medida para todos os seres humanos”.¹⁶⁷ Podemos afirmar que o “pensamento científico (...) acabou por impor-se graças ao poder da sociedade da mercadoria”.¹⁶⁸

Ortlieb baseia a sua análise primariamente na forma sujeito (burguesa), e são visíveis algumas semelhanças com Sohn-Rethel, que já em 1937, na sua “Liquidação Crítica do Apriorismo”, escrevia que o conceito de subjectividade se refere ao “sujeito do conhecimento”. Neste sentido, “o pensamento do sujeito do conhecimento pressupõe uma espécie de auto-reflexão, na qual o indivíduo «se» distingue como ser pensante de seu corpo e de tudo o que é material no espaço e se pensa como idêntico através do tempo”.¹⁶⁹ A sua tese é que a subjectividade relaciona-se com a “substituibilidade económica da função do dinheiro como material monetário”, pelo que o sujeito teórico surge da identificação do homem com o dinheiro. “O sujeito teórico é o possuidor de dinheiro”.¹⁷⁰ E acrescenta mais à frente:

Como possuidor de dinheiro [o indivíduo] se identifica como sujeito imaterial da validade na função do dinheiro idênticamente uniforme e geral, tanto na matéria de seu dinheiro enquanto igualmente puro corpo material, que cria primeiro o ser-aí de sua subjectividade e de seus actos válidos. Pela validade de seu pensamento o possuidor do dinheiro é idêntico com todos os outros possuidores de dinheiro.¹⁷¹

Ortlieb desenvolve estas intuições Sohn-Rethelianas da seguinte forma, que merece ser citada na sua plenitude:

O elo que une a sociedade da mercadoria com a forma objetiva de conhecimento é o sujeito burguês, isto é, a constituição específica da consciência que, por um lado, se requer para subsistir na sociedade da mercadoria e do dinheiro, e que, por outro, o sujeito deve ter para ser capaz de um conhecimento objetivo.

¹⁶⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 8-9.

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 9.

¹⁶⁹ SOHN-RETHEL, Alfred. “Para a liquidação crítica do apriorismo”, *op. cit.*, p. 119.

¹⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 119.

¹⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 122. Escutemos Jappe: “A moeda representava a mesma abstracção em relação à actividade social que o conceito em relação ao pensamento. A própria concepção de um sujeito individual que permanece idêntico a si mesmo face a um mundo exterior em transformação (...) difunde-se em conjunto com a existência do valor. No valor, o indivíduo tem a experiência de uma substância não empírica que permanece idêntica enquanto passa por diversas manifestações ou «incarnações». No dinheiro, esta abstracção torna-se «real» na vida quotidiana. A desagregação das antigas comunidades efectuada pelo dinheiro fez com que, pela primeira vez na história (...), nascesse o «indivíduo», que se concebe a si mesmo como diferente da comunidade.” (JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria*, *op. cit.*, pp. 186-187).

A forma-mercadoria (...) se converteu em forma universal devido ao fato de que o capitalismo fez da força de trabalho uma mercadoria da qual seus portadores dispõem livremente: isto é, livres de dependências pessoais, livres de toda coação, menos da que os obriga a ganhar dinheiro. Mas esta coação impessoal é universal (...) e a venda da própria força de trabalho [converteu-se] na forma predominante de reprodução. (...) A necessidade de dispor do máximo possível de dinheiro se converte assim no primeiro «interesse próprio», igual para todos os membros da sociedade, ainda que o tenham que perseguir competindo uns contra os outros (...).

A aparente autonomia do indivíduo corresponde à aparente neutralidade do processo econômico, que se apresenta às mônadas econômicas como um processo regido por leis, descritível unicamente com os conceitos da teoria (...) que se tomou emprestada das ciências da natureza. Nos dois sentidos, o sujeito burguês é inconsciente de sua própria condição social: sem mais obrigações do que a de assegurar-se a subsistência (com a qual, entretanto, não pode cumprir enquanto indivíduo), alimenta com seu trabalho abstrato a megamáquina da valorização do capital, de cujo funcionamento, por outra parte, não assume nenhuma responsabilidade, já que o experimenta como regido por leis naturais inacessíveis ao seu próprio atuar.¹⁷²

Como já vimos anteriormente, o nexó entre a possibilidade de um conhecimento objectivo e a consciência da própria identidade foi destacado por Hume e Kant. Segundo Ortlieb, e mais uma vez em linha com Sohn-Rethel, “a consciência da identidade não pode ser deduzida da experiência” pois precede “todo o conhecimento empírico.” Mas também não é “algo inato ao ser humano enquanto tal, mas que se constituiu socialmente”, exigindo “a constituição de um sujeito capaz de conhecimento objectivo”.¹⁷³

Ortlieb explicita este sujeito examinando as exigências inerentes ao método científico moderno. As experiências científicas são, antes de mais, “uma intervenção do experimentador sobre si mesmo: a eliminação de sua corporeidade e de seus sentimentos”, produzindo-se a “eliminação do factor subjectivo”, ou seja, a ilusão de que o sujeito, na verdade, nada tem a ver com um processo do conhecimento puramente objectivo, técnico.¹⁷⁴

Não obstante, todos os actos e medições experimentais constituem uma relação recíproca “entre o sujeito que conhece e a natureza da qual faz seu objecto”, mediada precisamente pelo método matemático científico. Isto significa que uma “experiência

¹⁷² ORTLIEB, Claus Peter. “Objectividade Inconsciente”, *op. cit.*, p. 10-11.

¹⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 11.

¹⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 11.

científica” nunca se refere simplesmente a uma “«natureza em si», mas unicamente a esta forma específica de interação,” pelo que as chamadas leis da natureza não são meros “produtos do discurso” multiplicáveis *ad infinitum*, “prescindindo do lado objectivo, nem tampouco meras propriedades da natureza, que nada tivessem a ver com os sujeitos cognoscentes”.¹⁷⁵ Em suma, “a cisão das peculiaridades individuais” a que se submete o sujeito do conhecimento para não comprometer uma experiência é equivalente àquela a “que se submete, na abstracção matemática do experimento mental, os objetos de sua contemplação: fazendo abstracção de suas qualidades, e mesmo de toda coisa concreta”.¹⁷⁶

Assim, Ortlieb conclui que

A ilusão que faz aparecer a regularidade produzida pelo experimento como se fosse uma propriedade da natureza é a mesma ilusão pela qual o cego processo social da sociedade mercantil se apresenta aos homens como um processo regido por leis, exterior a eles próprios, quando de fato são eles que o constituem através de sua ação como sujeitos burgueses. O sujeito enquanto «ator consciente que não é consciente de sua própria forma» [Kurz] concebe a si mesmo como separado da natureza e dos demais sujeitos, os quais experimenta como mero «mundo externo»; com o que se pressupõe inconscientemente o marco social total, específico da sociedade burguesa, o único que produz semelhante forma de consciência. O nexos sistêmico da forma-mercadoria, objetivado desse modo, constitui também a igualdade dos sujeitos que a forma objetiva de conhecimento pressupõe: a igualdade enquanto mônadas mercantis e monetárias, cidadãos adultos e responsáveis, dotados de direitos iguais e submetidos a regras e leis idênticas”.¹⁷⁷

6 – Conclusão

Ao longo da sua obra, Sohn-Rethel demonstra que

“A ciência natural, tal como a matemática, (...) é uma parte funcional de uma forma particular do processo de vida social. A sua lógica é baseada na abstracção da nossa própria condição existencial historicamente específica (*timebound*), (...) na abstracção da sociedade em relação a si mesma. É desta abstracção, e não de qualquer origem absoluta ou fonte «intelectual» espontânea, que a lógica da ciência deriva o seu carácter de intemporalidade. Por outras palavras, *existe uma causa historicamente específica para a lógica intemporal*”.¹⁷⁸

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 12.

¹⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 13.

¹⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 12.

¹⁷⁸ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, *op. cit.* pp. 200-201, itálico nosso.

Assim, os conceitos cognitivos não são derivados simplesmente do mundo material ou da natureza “externa”, mas “do *ser social* das épocas históricas em que estes conceitos nascem e desempenham um papel”.¹⁷⁹ O modo de pensamento conceptual surgiu, historicamente, da divisão entre trabalho intelectual e manual associada à produção mercantil. O trabalho intelectual tem uma característica básica: a “lógica universal intemporal”, que o torna incompatível com a história, tanto social como natural. Deste modo,

os conceitos intemporais são a-históricos no seu significado e apresentam-se como milagres históricos, tais como o «milagre Grego». (...) *Obviamente, este modo a-histórico de pensamento é ele mesmo um fenómeno histórico*. E enquanto os seus conceitos intemporais e não empíricos continuarem a não ser entendidos historicamente, a própria história permanecerá incompreensível.¹⁸⁰

Em suma, Sohn-Rethel consegue descortinar

a origem dos conceitos puramente intelectuais na realidade espaço-temporal do ser social, o seu carácter enquanto reflexões de uma abstracção incrustada (*enshrined*) no dinheiro, portanto, a sua natureza enquanto extensões (*offshoots*) da reificação sobre a qual assenta a coesão da sociedade da troca, o seu uso essencial enquanto formas de pensamento socializadas, a sua relação antitética com o trabalho manual, a sua ligação acessória com a divisão classista da sociedade.¹⁸¹

Relativamente ao papel e à forma que as ciências naturais poderão assumir numa sociedade pós-capitalista, podemos concluir com Ortlieb que

À medida que as ciências naturais ampliam as possibilidades de ação humanas, constituem uma ferramenta útil, à qual não se deveria renunciar. Mas a «ciência natural como religião de nosso tempo» (Pietschmann), que eleva a propriedade da própria natureza a regularidade produzida pela forma de conhecimento objetiva e erige em cosmovisão a natureza regida por leis, determinando o que vemos e o que deixamos de ver, esta ciência não sobreviverá a nossa época moderna. A imagem da «natureza» sempre foi uma imagem socialmente constituída; e *não se vê por quê uma sociedade liberada de toda forma universal-abstrata e inconsciente necessitaria ainda de uma imagem unitária da natureza, obrigatória para todos por igual e em todo momento*.¹⁸²

Não obstante os seus méritos inegáveis, a teoria Sohn-Retheliana apresenta, como vimos no ponto 5, limitações óbvias que decorrem fundamentalmente da sua

¹⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 201.

¹⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 203, itálico nosso.

¹⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 203.

¹⁸² ORTLIEB, Claus Peter. “Objectividade Inconsciente”, *op. cit*, p. 14, itálico nosso.

equiparação do trabalho ao metabolismo com a natureza. A sua definição do capitalismo como uma “sociedade de apropriação” transfere a especificidade capitalista para a esfera da circulação – “exploração” mediante a apropriação dos produtos do trabalho por parte dos não trabalhadores – e desloca a abstracção real da esfera da produção para a esfera da troca. Portanto, o que diferencia o capitalismo não é o trabalho (“abstracto”) mas precisamente o facto de a síntese social não ser efectuada, aos seus olhos, pelo trabalho (!) e sim pelo processo de troca de mercadorias. Não é o trabalho abstracto e o valor que se impõem enquanto modo de produção dominante, mas é a “lógica” do mercado que invade a produção (ontologizada).

Sohn-Rethel não percebe que o processo de produção capitalista é *simultaneamente*: um processo de produção material (de bens) e um processo de produção de valor, i.e., um processo de “valorização do valor” através da absorção de “trabalho vivo”. Portanto, não é o “mercado” que se torna co-extensivo com a sociedade, mas o “trabalho abstracto” e a *produção* de mercadorias.

Ao invés de abolir o trabalho, Sohn-Rethel pretende “planificá-lo” e afectá-lo “conscientemente”, por oposição à “anarquia” do mercado, que efectua essa quantificação “indirectamente e de um modo inconsciente” como resultado do “processo social de troca”.¹⁸³ Ao ontologizar o trabalho, o autor consegue mesmo concluir que o próprio Taylorismo já é um passo fundamental em direcção ao socialismo (!): “se a sua análise [de Taylor] foi feita ao serviço do capital (...), o método não necessita de servir esse objectivo, nem de ser utilizado pelo capital como meio de impor o seu controlo sobre o trabalho. *Poderia mesmo ser um método operado pelos próprios trabalhadores*”.¹⁸⁴ Estamos perante o núcleo mais “exotérico” da teoria Sohn-Retheliana, para usar uma expressão da NCV.

Para além disso, e para terminar, refira-se que não é só o “trabalho *intelectual*” que constitui um *a priori* social. Em Marx, o trabalho (abstracto) *tout court* e a mercadoria constituem desde logo um *a priori*: expressam simultaneamente relações sociais particulares e *igualmente* formas de pensamento.¹⁸⁵ Assim, a “forma do pensamento” de todos os “sujeitos monetários da modernidade” (Kurz) constitui um *a priori*

¹⁸³ SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labour*, op. cit. p. 169.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 170, itálico nosso.

¹⁸⁵ Cf. POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*, op. cit.

(inconsciente) marcado pela “forma da mercadoria”, pelo valor, pelo trabalho e pela (ir)racionalidade a eles inerente, que determina e enquadra as suas acções e comportamentos quotidianos. Ao ontologizar o trabalho, Sohn-Rethel tem de deslocar a especificidade do capitalismo para a esfera da troca e para um “trabalho intelectual” ao serviço da “classe dominante”.